

Aliança Láctea defende manutenção dos índices de qualidade

A reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira, que ocorreu em 8 de maio, em Chapecó (SC), consolidou a posição de que é preciso manter os atuais níveis de qualidade do leite, ao contrário da tendência de maior rigor observada no país. As entidades que compõem o grupo, entre elas a Farsul e as Secretarias da Agricultura dos três estados da Região Sul, devem se manifestar oficialmente até 25 de junho, prazo final da consulta pública aberta pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre as portarias que substituem a Instrução Normativa (IN) 62. Pode ser prorrogado.

Segundo o presidente da Comissão do Leite da Farsul, Jorge Rodrigues, que representou a entidade na reunião, é preciso “parar de inventar” nos critérios de qualidade, apresentando normas condizentes com a realidade atual do setor e que possam de fato ser cumpridas por toda a cadeia. “Temos de fazer aquilo que é possível, e não tentar de imediato superar outros países importantes com mercados consolidados, como é o caso dos Estados Unidos”, afirma o dirigente, referindo-se aos padrões de Contagem de Células Somáticas (CCS) e Contagem de Bactérias (CBT).

Somente assim o Brasil pode viabilizar as exportações do leite, ajudando a movimentar o setor que enfrentou uma das piores crises da história no

ano passado, principalmente por conta de uma retração no consumo interno. “O primeiro passo para obter essa credencial é apresentarmos um programa de qualidade auditável, capaz de ser verificado pelos potenciais compradores, o que passa por manter os índices atuais, condizentes com a realidade. Para depois chegarmos à qualidade exigida pelos grandes mercados”, defende Rodrigues.

A posição recebeu endosso do presidente da CNA, João Martins, que também esteve presente em Chapecó e se comprometeu a tratar o tema como prioridade. “Nossa ideia é exportar, no mínimo, 5% da produção brasileira, e tudo passa pela eficiência do produtor rural. A Região Sul reúne todas as condições para ser o núcleo exportadores de leite, principalmente o leite em pó”, disse ele.

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná produziram 12,8 bilhões de litros no ano passado, o que representa 38% da produção nacional. As entidades confiam que, até 2023, a região responda por mais da metade do volume, considerando que está em curso um deslocamento produtivo do Sudeste para o Sul. O presidente da Aliança Láctea, Ronei Volpi, destaca que o objetivo é abrir relações comerciais principalmente com países da América, como Chile, Colômbia, México e Peru, mas também de Ásia, África e Rússia. Para isso, o Sul deve se organizar a partir

da estrutura industrial.

Outro ponto importante da reunião foi o alinhamento dos três estados em relação ao combate e controle da brucelose e tuberculose. “Já vínhamos tratando isso, e o Rio Grande do Sul, inclusive, está um passo à frente, por ter programas encaminhados e ações importantes. A Aliança Láctea trabalha para alcançarmos um nível equiparado na defesa sanitária”, concluiu Rodrigues, da Farsul.

Conseleite

O valor de referência projetado para o leite em maio no Rio Grande do Sul indica alta de 1,25%, ficando em R\$ 1,0778 e demonstrando estabilidade. A pesquisa do mercado gaúcho foi apresentada em 21 de maio, durante reunião do Conseleite, na sede do Sindilat, em Porto Alegre. Em abril, o valor do litro fechou em R\$ 1,0645, acima do projetado.

De acordo com o professor da Universidade de Passo Fundo (UPF), instituição que tabula os dados, Eduardo Finamore, o ganho no indexador foi puxado pela alta no leite em pó (5,37%) e reflete hábitos de consumo típicos dos meses de frio, como o aumento na demanda por queijos (o queijo prato subiu 9%, por exemplo). “Com o frio, esperamos aumento de consumo das famílias e reflexos diretos no campo”, completou o presidente do Conseleite, Pedrinho Signori, da Fetag-RS.

Setor pede redução de ICMS ao arroz

A Farsul e outras quatro entidades solicitaram ao governador do Estado, José Ivo Sartori, a desoneração na incidência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de arroz em casca. Elas pedem redução da alíquota de 12% para 4% ou 7%, dependendo do destino, num período de 90 dias, de modo a reduzir os impactos da crise aos arrozeiros gaúchos, que há meses enfrentam baixas cotações do produto. O documento foi entregue, no dia 16 de maio, pelo presidente do Sistema Farsul, Gedeão Pereira, e pelos presidentes da Famurs, Salmo Dias de Oliveira; da Fetag-RS, Carlos Joel da Silva; Irga, Guinter Frantz; e Federarroz, Henrique Dornelles.

As entidades afirmam que a medida não necessariamente “reverterá na minoração da receita estadual”, pois o menor percentual de arrecadação pode ser absorvido pelo volume maior negociado e ajudar a evitar o abandono da atividade econômica. O texto também destaca a importância da cultura para o abastecimento do país, sendo o Estado responsável por 8 milhões de toneladas de arroz a cada safra, cerca de 70% do total produzido nacionalmente. A manutenção do cultivo está a perigo, por conta da “inexistência de ações estatais voltadas à garantia de renda do produtor”, de “inconfortáveis custos de produção que praticamente inviabilizam a atividade” e dos “preços de mercado não remuneradores” nas safras recentes.

Outras demandas enviadas

pela representação do setor são o restabelecimento das operações no terminal portuário da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa) em Rio Grande, garantindo o escoamento do produto ao exterior, e a retomada dos repasses da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura (CDO) ao Irga, de modo a evitar a “perda de patrimônio intelectual do Instituto” e trazer mais investimentos em pesquisa, extensão e campanhas de consumo de arroz.

Reação continua

A cotação do saco de arroz (50 quilos) seguiu em recuperação no mês de maio. De acordo com o indicador Esalq/Senar-RS, a comercialização beirou a R\$ 38 nas principais praças do país, o que representa uma variação mensal superior a 3%. Ainda que não seja suficiente para cobrir os custos de produção, a alta diminuiu os prejuízos e serve de alento ao produtor, que colhe mais uma safra de bom rendimento mas não encontra remuneração adequada na indústria.

A recuperação tem tanto a ver com o menor volume da safra quanto com as medidas de apoio ao escoamento de produto, os leilões de PEP e Pepro, realizados nos últimos dois meses. Foi um pedido da Farsul, endossado pela Federarroz, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O governo também executou, nos últimos dias, o mecanismo de AGF, com verba liberada desde abril. A operação envolveu 17 mil toneladas.

Preços de Referência

Matéria-prima (l)	Março	Abril	Maio*
Acima do padrão	R\$ 1,1904	R\$ 1,2242	R\$ 1,2395
Padrão	R\$ 1,0351	R\$ 1,0645	R\$ 1,0778
Abaixo do padrão	R\$ 0,9316	R\$ 0,9581	R\$ 0,9700

Obs.: os valores, a partir de janeiro, são posto na propriedade e incluso Funrural.

*Projeção

Prorrogada a adesão ao Refis do Funrural

O governo federal prorrogou para 30 de outubro o prazo de adesão ao programa de refinanciamento (Refis) relativo às dívidas dos produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que venceria no final de maio. A decisão ocorreu por meio de Medida Provisória, publicada no Diário Oficial da União.

De modo geral, o Refis prevê o parcelamento da dívida em 176 prestações, equivalente a 0,8% da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização da produção rural do ano anterior ao vencimento da parcela, com perdão de 100% dos juros, multas e encargos financeiros. Depois disso, ainda é possível solicitar outros

60 meses para quitação total com a Receita Federal. Para acessar, o produtor deve se comprometer a pagar 2,5% do valor da dívida consolidada, sem qualquer redução, em até duas parcelas iguais, mensais e sucessivas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou recentemente a constitucionalidade da cobrança.



Gedeão Pereira levou demanda ao governador José Ivo Sartori